

# Leilão de Teles Pires pode acontecer hoje

Advocacia-Geral da União (AGU) conseguiu derrubar a liminar que impedia a inclusão da usina

**Brasília** — A Advocacia-Geral da União (AGU) conseguiu derrubar a liminar que impedia a inclusão da usina de Teles Pires no leilão que será realizado hoje. O recurso foi analisado pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª região, em Brasília. A liminar que suspendia o licenciamento ambiental da usina de Teles Pires foi dada pela juíza Hind Ghassan Kayath, da 9ª Vara da Justiça Federal do Pará. A decisão da juíza atendia pedido do Ministério Público Federal, que sustentou que os estudos de impacto ambiental da obra continham “falhas graves”, o que impediria a emissão da licença pelos órgãos ambientais.

Disputa acirrada. Essa é a expectativa do mercado para o leilão de energia nova que o governo federal irá realizar hoje, que terá como principal objeto de desejo dos investidores a hidrelétrica Teles Pires, no rio de mesmo nome, na divisa do Mato Grosso do Sul com o Pará. Com 1,82 mil MW de capacidade, trata-se do maior empreendimento do certame, que também ofertará as usinas Estreito Parnaíba (56 MW) e Cachoeira (63 MW), do Rio Parnaíba (PI/MA). “Não há favo-

rito”, afirma o coordenador do Grupo de Estudo do Setor Elétrico (Gesel/UFRJ), Nivalde de Castro.

A usina Teles Pires desperta o interesse dos empreendedores por diversos motivos. O primeiro deles é o fato de que o projeto integra o complexo hidrelétrico da Bacia do Rio Teles Pires, cujo potencial é estimado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) em 3,697 mil MW. Ou seja, as empresas que ganharem a concessão da hidrelétrica obtêm uma vantagem competitiva para a disputa dos demais aproveitamentos que o governo licitar futuramente na região — apenas a Copel já possui uma concessão rio, a usina Colíder (300 MW), arrematada em leilão este ano.

Outro atrativo de Teles Pires são as características técnicas do projeto, que apresenta menos riscos que as usinas licitadas recentemente pelo governo federal, como Belo Monte (PA) e as hidrelétricas do rio Madeira (RO). “Os principais diferenciais da usina Teles Pires são o seu significativo tamanho (1,82 mil MW); o baixo nível de compensações ambientais; o fato de que a futura área de inundação da usina é pratica-

mente inabitada; e o seu simples projeto de engenharia”, afirmaram os analistas do Credit Suisse.

Isso é comprovado pelos números da usina. Segundo a EPE, o investimento estimado para Teles Pires é de R\$ 3,328 bilhões. Isso significa um custo de R\$ 1,8 milhão por MW instalado, o mais baixo dos projetos inscritos no leilão. Nos cálculos

do Credit Suisse, o investimento médio por MW dos empreendimentos licitados pelo Ministério de Minas e Energia (MME) este ano — excluindo Belo Monte — é de R\$ 3,8 milhões, o que reforça a atratividade de Teles Pires.

Em razão dessas características, o Itaú BBA calcula que a hidrelétrica apresenta uma taxa de retorno interessante aos inves-

tidores. Considerando que o preço de venda ao mercado cativo não tenha deságio e fique em R\$ 87/MWh e que 15% da energia seja vendida ao mercado livre a R\$ 130/MWh, a taxa interna de retorno (TIR) real para o acionista é estimada em 21,1% pelos analistas da instituição. A conta considera uma alavancagem de 70% e um prazo de amortização de 16 anos. (AE)

---

## *Quatro consórcios estarão na disputa*

**Brasília** — Quatro consórcios vão disputar a usina de Teles Pires. Dois deles contam com a presença de subsidiárias do sistema Eletrobras: Furnas e Eletrosul serão parceiros da Neoenergia e da Odebrecht no leilão, enquanto Chesf e Eletronorte disputarão em conjunto com a GDF-Suez. O terceiro grupo é formado pela CPFL Energia, Cemig, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez. O quarto consórcio é composto pela Copel, Triunfo Participações e Investimentos e a Alupar.

A princípio, os consórcios integrados por empresas do grupo Eletrobras teriam uma vantagem competitiva. Isso porque Furnas e Eletronorte desenvolveram os estudos de inventário do Rio Teles Pires, o que lhes confere um maior conhecimento sobre os empreendimentos e a região. Outro grupo que teria uma vantagem competitiva é o da Copel, já que a futura construção da usina Colíder pode gerar sinergias entre as usinas. Porém, a história recente dos leilões mostra

que nem sempre os consórcios tidos como favoritos são aqueles que se sagram vencedores.

Para a disputa das usinas do rio Parnaíba, os únicos consórcios conhecidos até o momento contam com a presença da Chesf, que desenvolveu os estudos de inventário e viabilidade do rio. A subsidiária da Eletrobras é parceira da Neoenergia para competir pela concessão da hidrelétrica Cachoeira e constituiu um consórcio com a ATP Engenharia para a disputa de Estreito Parnaíba. (AE)